



Travessia

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 7317828505
ECT/DRIMG/CENTRO
APESJF SSind. PUBLICAÇÕES

Dezembro 2008
Nº 61

2008: Um ano de lutas intensas



Protesto em Brasília, realizado em 11/11, chamou a atenção para o desrespeito à liberdade sindical

O ano de 2008 foi particularmente hostil para aqueles que defendem a democracia dentro das IFES, a liberdade sindical e a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

O desrespeito do governo federal em relação à representação docente, em várias frentes, foi uma marca que ainda deve gerar muitos embates para 2009.

Foram vários os ataques que começaram com a imposição de um acordo salarial sem a assinatura do ANDES-SN, mas tendo o apoio de uma central sindical à qual o sindicato não é filiado e de um fórum de professores sem representação. Passaram ainda pelo problema criado pela intempestiva portaria nº 1 do MPOG, com novas regras para o recolhimento das consignações, dificultando a vida financeira de várias seções sindicais.

Outros, vieram do PROIFES, um fórum de professores que, de modo oportunista, aproveitando a questão da suspensão temporária do registro sindical do ANDES, montou uma farsa, visando a criação de um sindicato nacional na mesma base do ANDES-SN.

Em outra frente, as políticas precarizantes e neoliberais advindas do Governo Federal seguiram avançando sobre a autonomia das IFES, ameaçando sua qualidade em nome de uma expansão quantitativa do número de vagas nas IFES. O Movimento Docente reagiu e continua na luta, denunciando e chamando a sociedade à reflexão sobre a necessidade de mais democracia nas Instituições, nas ações governamentais e mais respeito aos docentes das IFES.

APESJF denunciou falsas políticas de expansão, pág. 6

Reajuste Salarial

Processo evidenciou desrespeito do governo aos professores, pág. 5

Confira prestação de contas da APESJF, pág 3

**Ministério do Trabalho
pretende resolver questão
do registro sindical do
ANDES até Janeiro, pág.4**

Assembléia mantém plano de saúde do sindicato, pág. 4

Editorial

Em 2008, comemoramos os trinta anos de fundação da APES/JF, com a inauguração da nova sede da entidade, instalada no campus da UFJF. Fruto da luta persistente dos professores, a nova casa tem proporcionado uma aproximação ainda maior com a categoria. Tivemos, ainda, a renovação da diretoria sindical, eleita sob os princípios históricos que têm caracterizado o movimento docente em defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

Entretanto, não foram apenas momentos festivos. A APES/JF tem lutado bravamente contra a forma antidemocrática que tem caracterizado a Administração Superior da UFJF no trato de importantes questões para a comunidade universitária e, conseqüentemente, para a sociedade que a mantém. Temos manifestado - com clareza, seriedade e coerência - os princípios que nos norteiam neste embate, além de exigir o respeito à democracia interna e aos professores que nela trabalham. Da mesma forma, em conjunto com o ANDES/SN, cobramos exaustivamente do Governo Federal a expansão do ensino superior público e gratuito, sem desrespeito à autonomia universitária e com garantia de financiamento público.

Sem dúvida, uma série de "inovações" que vêm sendo implantadas nas universidades destoa do necessário processo participativo para a realização consequente de qualquer iniciativa no campo da educação. Novas pedagogias e adoção de processos avaliativos inspirados em modelos de cúpula, oriundos de países centrais, desconsideram a experiência crítica e emancipatória acumulada nas universidades públicas brasileiras. O resultado é que essa pretensa inclusão social tem se articulado com o desmantelamento da educação pública em todos os níveis, obstruindo as possibilidades da universidade brasileira se constituir como elemento de um processo estratégico e de construção de uma identidade nacional.

No segundo semestre de 2008, mais uma crise do sistema capitalista emerge em nível mundial. Em tempos de globalização, o Brasil não escapará ileso. O que esperar então de 2009? Um redobrado rol de problemas.

As universidades federais certamente sofrerão desgastes, o que atingirá o já precário orçamento destinado à sua manutenção e expansão. Os novos ajustes encontrarão justificativas que irão repercutir no desenvolvimento de nosso trabalho no ensino, na pesquisa e na extensão. Considerando que estamos com as tabelas de vencimentos distorcidas, exigindo correção, no plano salarial teremos como barreira a política econômica adotada pelo governo.

O que nos resta fazer? Enfrentar. Só há um caminho: à esperança, unir a ação reflexiva cotidiana. Nunca isolada e individualista dando vez ao oportunismo, mas uma ação coletiva, que nos recupera como categoria e nos impulsiona à articulação com os movimentos sociais da cidade e do país.

Com destemor, em 2009, a APESJF Seção Sindical estará à frente nesta luta: com autonomia, independência e democracia.

A Diretoria

Chantagem Global

Desde de que o neoliberalismo se tornou essa espécie de pensamento único da globalização que a lógica que norteia sua sobrevivência tem como base a apropriação das benesses do Estado e a socialização dos prejuízos causados por suas aventuras, bolhas, especulações etc.

A atual crise não apresenta configuração diversa. Como resultado das especulações do sistema financeiro e sua íntima ligação com processos de manipulação e falcaturas, todo o planeta sofre não apenas com a crise, mas até mesmo com o simples anúncio de que uma grande crise vai ocorrer.

Não importa se os trabalhadores e a sociedade civil organizada apóiam o atual sistema ou não. Somos todos reféns das grandes corporações. O fato é que os níveis de emprego, já insuficientes em países como o Brasil, estão ameaçados, a renda e a qualidade de vida das pessoas serão afetadas de alguma forma. E, novamente, o poderoso e totalitário modo de viver da economia neoliberal recorre ao estado para sua salvação.

Os governos, que deveriam administrar, prover e otimizar bens públicos como hospitais, escolas, obras de infra-estrutura e saneamento além da rede de proteção social necessários, despejam bilhões de dólares para socorrer instituições bancárias e indústrias pesadas que, na busca ávida por lucros cada vez maiores se lançaram em perigosas transações bancárias sem lastro. Especularam com recursos inexistentes, criando uma bolha e estourou na mão de todos. Assim o mercado olha para o estado e exige sua intervenção num processo de chantagem global, ou seja, ou nos socorre sem fazer perguntas ou todos trabalhadores, governos, salários, empregos etc. sofrerão.

Esse mesmo mercado, que sempre pregou a não intervenção dos governos na economia, vem se

infiltrando organicamente em todos os setores do estado. No caso da educação não é diferente. A luta das entidades do movimento docente contra essa invasão do público pelo privado se mostra, dado o quadro atual, mais uma vez acertada.

Como se não bastasse a perda da autonomia das IFES, forçada pelo contato promíscuo das universidades com a iniciativa privada; como se não bastasse a desistência da soberania nacional, transferindo ao mercado a orientação dos objetivos das pesquisas e criação do conhecimento, a atual crise mundial mostra a instabilidade e pouca confiabilidade que esse mesmo mercado apresenta, em que bolhas e crises são geradas da noite para o dia, pegando muitos incautos de surpresa.

No caso das universidades, as fundações ditas de apoio, quem vêm, há tempos, sendo denunciadas pelo Movimento Docente se configuram como exemplo concreto dessa promiscuidade extremamente prejudicial aos interesses da sociedade brasileira

Assim é preciso negar e combater veementemente as ingerências do mercado nas políticas públicas, seja nos socorros a empresas aventureiras, seja na intromissão do mercado na comercialização da educação. É preciso evitar que essa ingerência continue se infiltrando ao ponto de, nas questões vitais para a sociedade, possamos nos deparar com mais chantagens como a que se configura na crise atual capitalista. Uma situação em que empresas são recorrentemente assistidas por governos que buscam resguardar a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que a população vai vivendo de políticas focalizadas e insuficientes como o Prouni, o Reuni, a UAB e as Fundações ditas de Apoio, que pouco atingem seus interesses e expectativas, quanto à universalização do direito, do conhecimento, à cultura, à vida.



Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APES JF SSind.

Profº. Dálvio Dias - Faculdade de Economia e Administração -
 Profª. Ana Livia de Souza Coimbra - Faculdade de Serviço Social
 Profº. Márcio Antônio de Oliveira - Aposentado
 Profª. Alice Monteiro Mayer - Faculdade de Educação Física
 Profª. Roselene Perlatto Bom Jardim - ICH
 Profº. Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação
 Profª. Maria de Fátima G.M.K. Patrício - C.A. João XXIII

Presidente
 Vice-Presidente
 Secretário Geral
 1ª Secretária
 2ª Secretária
 1º Tesoureiro
 2º Tesoureiro

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1000 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900
 Tel/Fax: (32) 3215-1286 / Homepage: apes.org.br e-mail: apesjf@acessa.com

Demonstrativos de Receitas e Despesas

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA AV. GETÚLIO VARGAS, 783 - A - CENTRO - CEP 36013-011 - JUIZ DE FORA - MG TEL./FAX (032)3215-1286 CNPJ 20.429.536/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1 REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78-CART. LAURA FIGUEIREDO
--

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA AV. GETÚLIO VARGAS, 783 - A - CENTRO - CEP 36013-011 - JUIZ DE FORA - MG TEL./FAX (032)3215-1286 CNPJ 20.429.536/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1 REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78-CART. LAURA FIGUEIREDO
--

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA AV. GETÚLIO VARGAS, 783 - A - CENTRO - CEP 36013-011 - JUIZ DE FORA - MG TEL./FAX (032)3215-1286 CNPJ 20.429.536/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1 REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78-CART. LAURA FIGUEIREDO
--

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
SETEMBRO/2008

RECEITAS	43.514,87
FIXAS	39.296,53
Contr. Dos Sindicalizados	39.296,53
VARIÁVEIS	2.048,34
Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00
Outras Receitas	0,00
Rendimentos Financeiros	1.668,34
Taxa de Administração	0,00
Aluguel	380,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	1.240,00
Venda Bem Ativo Permanente	1.240,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	930,00
Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	750,00
Recuperação Despesas	180,00
DESPESAS	41.540,17
RECURSOS HUMANOS	16.980,62
EMPREGADOS COM VÍNCULO	11.117,59
13º Salário	0,00
Anuênio	1.093,38
Assistencia Medica	113,35
Cursos	0,00
Férias	0,00
Gratificação	658,59
PAT	1.065,00
Pis s/ folha	92,79
Rescisões	110,85
Salários	7.527,08
Uniformes e Equip.Segurança	0,00
Vale Transporte	456,55
ENCARGOS SOCIAIS	3.599,03
F.G.T.S.	747,92
I.N.S.S.	2.851,11
ASSESSORIAS	2.264,00
Contábil	1.370,00
Jurídica	894,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.535,09
Bancária	1.191,99
Juros Passivos	343,10
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	11.572,92
Água. Luz	174,03
Alimentação	45,33
Aluguel	0,00
Condomínio	27,50
Conservação e Reparos	183,50
Confraternização	5.174,00
Despesas Postais	1.833,30
Doações	0,00
Estacionamento	0,00
Impostos e Taxas	0,00
Iptu	0,00
Material de Consumo	216,19
Material de Escritório	214,70
Material de limpeza	0,00
Outras	1.052,58
Publicação	1.213,28
Seguro	0,00
Serv Prest. Pessoa Jurídica	450,81
Suprimentos p/Informática	0,00
Telefone/Fax/Internet	552,10
Transporte	33,45
Xerox	402,15
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais Revistas	0,00
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	2.767,02
CONGRESSOS/CONADS/CONEDS	2.767,02
Diárias	990,30
Outras	280,70
Rateio	1.496,02
REPASSES	8.684,52
Andes SN	8.103,39
Andes Mobilização	257,00
Andes Solidariedade	324,13
Eleição Andes	0,00
RESULTADO DO MÊS	1.974,70

ANCHIETA CONTABILIDADE LTDA CRCMG 3033-02
Marcelo Wilson do Nascimento -TC CRCMG 61.988
Giovana Lopes Furiati - Contadora CRCMG 075.636/PO

APES - ASSOC. PROF. DE ENS. SUPERIOR J.FORA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
OUTUBRO/2008

RECEITAS	66.393,93
FIXAS	60.942,12
Contr. Dos Sindicalizados	60.942,12
VARIÁVEIS	1.751,81
Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00
Outras Receitas	0,00
Rendimentos Financeiros	1.371,81
Taxa de Administração	0,00
Aluguel	380,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	540,00
Venda Bem Ativo Permanente	540,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	3.160,00
Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	2.600,00
Recuperação Despesas	560,00
DESPESAS	31.173,03
RECURSOS HUMANOS	14.753,04
EMPREGADOS COM VÍNCULO	9.968,44
13º Salário	0,00
Anuênio	1.093,38
Assistencia Medica	30,00
Cursos	0,00
Férias	0,00
Gratificação	658,59
PAT	0,00
Pis s/ folha	92,79
Rescisões	0,00
Salários	7.527,08
Uniformes e Equip.Segurança	0,00
Vale Transporte	566,60
ENCARGOS SOCIAIS	3.414,60
F.G.T.S.	742,29
I.N.S.S.	2.672,31
ASSESSORIAS	1.370,00
Contábil	1.370,00
Jurídica	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.188,96
Bancária	1.188,96
Juros Passivos	0,00
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	13.887,65
Água. Luz	150,24
Alimentação	131,12
Aluguel	0,00
Condomínio	384,50
Conservação e Reparos	81,10
Confraternização	9.651,03
Despesas Postais	767,30
Doações	0,00
Estacionamento	0,00
Impostos e Taxas	9,33
Iptu	0,00
Material de Consumo	216,65
Material de Escritório	18,15
Material de limpeza	183,09
Outras	77,42
Publicação	0,00
Seguro	0,00
Serv Prest. Pessoa Jurídica	573,18
Suprimentos p/Informática	0,00
Telefone/Fax/Internet	1.612,24
Transporte	32,30
Xerox	0,00
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais Revistas	0,00
REUNIÃO GTs	1.343,38
SETOR DAS FEDERAIS	1.343,38
Passagens	1.343,38
RESULTADO DO MÊS	35.220,90

ANCHIETA CONTABILIDADE LTDA CRCMG 3033-02
Marcelo Wilson do Nascimento -TC CRCMG 61.988
Giovana Lopes Furiati - Contadora CRCMG 075.636/PO

APES - ASSOC. PROF. DE ENS. SUPERIOR J.FORA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
NOVEMBRO/2008

RECEITAS	60.218,23
FIXAS	48.050,99
Contr. Dos Sindicalizados	48.050,99
VARIÁVEIS	3.607,24
Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	3.000,00
Outras Receitas	0,00
Rendimentos Financeiros	227,24
Taxa de Administração	0,00
Aluguel	380,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	50,00
Venda Bem Ativo Permanente	50,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	8.510,00
Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	8.300,00
Recuperação Despesas	210,00
DESPESAS	56.314,24
RECURSOS HUMANOS	21.444,72
EMPREGADOS COM VÍNCULO	9.868,27
13º Salário	0,00
Anuênio	1.093,38
Assistencia Medica	30,03
Cursos	0,00
Férias	0,00
Gratificação	658,59
PAT	0,00
Pis s/ folha	92,79
Rescisões	0,00
Salários	7.526,08
Uniformes e Equip.Segurança	0,00
Vale Transporte	467,40
ENCARGOS SOCIAIS	3.575,13
F.G.T.S.	902,82
I.N.S.S.	2.672,31
ASSESSORIAS	8.001,32
Contábil	1.370,00
Jurídica	6.631,32
DESPESAS FINANCEIRAS	1.644,00
Bancária	1.366,32
Juros Passivos	277,68
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	10.996,80
Água. Luz	0,00
Alimentação	56,75
Aluguel	0,00
Condomínio	743,66
Conservação e Reparos	80,00
Confraternização	2.500,00
Despesas Postais	3.786,25
Doações	0,00
Estacionamento	22,75
Impostos e Taxas	10,00
Iptu	0,00
Material de Consumo	127,58
Material de Escritório	405,50
Material de limpeza	27,35
Outras	1.220,02
Publicação	0,00
Seguro	0,00
Serv Prest. Pessoa Jurídica	160,16
Suprimentos p/Informática	0,00
Telefone/Fax/Internet	1.097,07
Transporte	9,00
Xerox	750,71
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	745,60
Assinatura de Jornais Revistas	745,60
REPASSES	18.948,53
Andes SN	17.726,47
Andes Mobilização	513,00
Andes Solidariedade	709,06
Eleição Andes	0,00
REUNIÃO GTs	2.534,59
SETOR DAS FEDERAIS	2.534,59
Diárias	1.126,50
Passagens	1.408,09
RESULTADO DO MÊS	3.903,99

ANCHIETA CONTABILIDADE LTDA CRCMG 3033-02
Marcelo Wilson do Nascimento -TC CRCMG 61.988
Giovana Lopes Furiati - Contadora CRCMG 075.636/PO

APES - ASSOC. PROF. DE ENS. SUPERIOR J.FORA

Doravante, passaremos a publicar mensalmente os Demonstrativos de Receitas e Despesas da APESJF. Neste número, estamos colocando os demonstrativos de setembro, outubro e novembro/2008. Esclarecemos ainda que detalhes e pormenores encontram-se nos Balancetes Mensais, cuja responsabilidade de fiscalização é do Conselho de Representantes da APESJF

Ministério espera regularizar o registro sindical do ANDES-SN em janeiro

O secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Luiz Antonio de Medeiros Neto, afirmou à reportagem do ANDES-SN que espera resolver “a questão do registro sindical até janeiro de 2009”. “O Ministério está elaborando uma nota técnica que deve ficar pronta ainda em dezembro, e espero que em janeiro resolvamos a questão do registro sindical do ANDES”, disse.

Medeiros foi coordenador do ciclo de debates “Servidor público: organização sindical e negociação coletiva”, realizado em Brasília-DF em 16 e 17 de dezembro.

Representando o ANDES-SN, participaram do evento o presidente Ciro Correia e o 1º Tesoureiro, José Vitório Zago.

Durante os debates, Zago lembrou aos participantes e representantes do governo que o ANDES-SN tem 28 anos de negociação com reitores, governos estaduais, prefeitos, entidades patronais e o próprio MEC. “Algumas

negociações foram bem-sucedidas, outras, nem tanto, o que é normal nas relações com os patrões”, ponderou. No entanto, ele destacou que o ANDES-SN não trata apenas de questões salariais e de carreira, “também discutimos educação e ciência e nos preocupamos em debater as políticas públicas formuladas para o setor, que nem sempre visam a uma educação superior de qualidade, mas sim à melhoria de estatísticas”.

Tanto Medeiros quanto os técnicos da Secretaria de Relações de Trabalho – SRT reconheceram que o número de sindicatos que negociam com o governo é muito maior do que os que têm o registro sindical regular. De acordo com Eudes Carneiro, assessor da Secretaria, o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES registra um total de 483 entidades sindicais de servidores públicos devidamente registradas, mas o número de entidades que

Dialogam com o governo passa de dois mil.



Prof. Ciro Correia, presidente do ANDES-SN conversa com Medeiros durante audiência

Os representantes do MTE reconhecem que a legitimidade de um sindicato se estabelece pelo seu histórico de lutas e não apenas pelos documentos legais exigidos pela legislação fascista de Getúlio Vargas. “Enquanto o Ministério do Trabalho quiser pensar na organização dos servidores com base na Consolidação das Leis Trabalhistas a coisa não vai andar. O mundo real do funcionalismo público é outro. A essência

do sindicato é a negociação”.

Para Medeiros, é interessante que haja uma flexibilização do conceito de unicidade sindical previsto na Constituição Federal para os servidores. “Temos que ter criatividade para nos adequarmos à realidade, que é muito mais rica do que a lei, sem ferir a Constituição”, afirmou.

Compromisso

Após inúmeras provocações da diretoria do

ANDES-SN, o MTE reconheceu a legitimidade do Sindicato Nacional e a SRT se comprometeu a encontrar uma solução para o problema criado pela suspensão arbitrária, em 2003, do registro sindical. O compromisso foi assumido pelo próprio ministro Carlos Lupi, durante audiência com representantes do Sindicato e de outras entidades participantes do Ato Público realizado em 11 de novembro.

Fonte -ANDES-SN

Assembléia decide manter Plano de saúde do Sindicato

A última assembléia da APESJF, realizada em 10/12, reafirmou a manutenção do Plano UNIMED/APESJF.

Os professores deliberaram ainda que seja feita uma análise jurídica do Edital da Reitoria em relação ao modelo de contrato padrão para se verificar a possibilidade de contra-argumentar o parecer jurídico da Procuradoria da UFJF, que é contrário à inclusão das vantagens do Plano de Saúde da APESJF, para todos os usuários do Plano de Saúde da UFJF.

A APESJF continuará dialogando com a UNIMED no sentido da manutenção e viabilidade do nosso plano de saúde, com as vantagens e garantias já acordadas.

O sindicato deverá continuar analisando o perfil e os dados da evolução do plano, dando contínua informação aos sindicalizados.

Foi recomendado ainda que todos os usuários que queiram mais informações ou tenham dúvidas que procurem o sindicato.



ANDES enfrentou ataques à sua legitimidade

Desde 2003, com a suspensão do registro sindical do ANDES-SN, num ato arbitrário do Ministério do Trabalho, o ANDES-SN vem sendo atacado em sua legitimidade. Em 2008, houve um recrudescimento desses ataques com novas investidas como a questão da portaria nº1 do MPOG que criou o problema das consignações, impedindo o recolhimento das contribuições em várias Seções Sindicais e a tentativa oportunista de fundação de um outro sindicato via PROIFES.

Neste período, o ANDES desenvolveu uma intensa campanha visando reverter o quadro e se defender dos questionamentos à sua legitimidade. Centenas de moções de apoio chegaram à sede do sindicato em Brasília, expressando a defesa de entidades de todo o país e até internacionais à sua legítima representação.

Em 11 de novembro, o sindicato organizou um grande protesto na capital federal, reunindo 2,5 mil pessoas vindas de todos os pontos do país. Neste dia, o ministro Carlos Lupi recebeu a diretoria do sindicato para uma audiência e se comprometeu em buscar uma solução para a arbitrariedade da suspensão do registro sindical.

Avanço

Outro grande avanço foi a resolução do impasse referente à Portaria nº 1 do MPOG que condicionava a consignação da contribuição sindical voluntária dos docentes a um recadastramento das Seções Sindicais. A falta do registro do ANDES dificultava essa questão.

Visando uma solução para o impasse, a direção do ANDES-SN se reuniu, no dia 27/11, com o secretário de Relações do Trabalho do MP, Duvanier Paiva Ferreira, e o deputado Mauro Nazif (PSB-RO), que preside a subcomissão de intermediação em favor do ANDES-SN, formada por parlamentares membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público - CTASP da Câmara. No encontro, ficou acertado que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão vai garantir o recadastramento no seu sistema de todas as seções sindicais do ANDES-SN como sindicatos, na modalidade compulsória. Imediatamente após a conclusão do recadastramento, os

descontos das consignações serão regularizados e o sistema passará a permitir a inclusão de novos sindicalizados.

III Congresso Extraordinário

A grande mobilização em defesa do sindicato foi uma deliberação do III Congresso Extraordinário do ANDES-SN, realizado especificamente para debater a questão do Registro Sindical. No evento, os 331 representantes das Seções sindicais que compõem o sindicato, reafirmaram o ANDES-SN como o único e legítimo representante dos professores das instituições de ensino superior de todo país.

Repudiaram os fatos e procedimentos provocados e praticados pela CUT e Proifes, entendidos como afronta direta à democracia, à autonomia sindical e à categoria como um todo. Rejeitaram a tentativa de criação de um novo sindicato de professores na base de atuação do ANDES-SN, este sim, reafirmado como legítimo representante da categoria diante da sociedade, dos governos e da classe patronal.

A crítica dos participantes do Congresso se referia diretamente aos fatos criados pelo PROIFES, um fórum de professores, que, em setembro de 2008, encenou a criação de um sindicato dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Recentemente descobriu-se que o pedido de registro sindical desse fórum já estava no Ministério do Trabalho e Emprego, o qual, contrariando a legislação, não havia dado publicidade ao fato.

O PROIFES vem, desde 2004, - pouco depois da suspensão do Registro Sindical do ANDES - sendo convidado pelo governo federal para participar das mesas de negociação salarial, funcionando como **entidade chapa branca**, buscando dividir o sindicato num claro desrespeito à legitimidade do ANDES-SN, angariada em quase trinta anos de luta em defesa dos professores do ensino superior no Brasil.

A APESJF reafirma o ANDES-SN como o legítimo representante dos Professores das IFES e rechaça toda e qualquer tentativa de criação de um sindicato atrelado às vontades de qualquer governo, administração ou do mercado.



Cerca de 2500 pessoas vindas de todo o país defendem a legitimidade do ANDES-SN

Reajuste Salarial

Uma história de desrespeito com a representação docente

Para remontar a história do atual reajuste salarial nas IFES é preciso ir ao início de 2007, quando a campanha salarial dos Servidores Públicos Federais (SPFs) teve início. Durante todo esse ano o governo dificultou o diálogo com os SPFs e Movimento Docente, avisando que não havia previsão de reajustes em 2007, a ideia era discutir 2008. Assim, retardou o processo com sucessivos adiamentos de reuniões, promessas não cumpridas, contradições e dissimulações. Constatou-se que as ações do governo se pautam pelo desrespeito à entidade sindical legítima dos docentes e, de forma anti-democrática, buscam enfraquecer sindicatos que tenham postura crítica, independente e autônoma.

Assim, o processo de negociação atingiu um final ainda mais preocupante, já que o "acordo", que dava ênfase ao aumento nas gratificações, foi assinado sem a representação legítima dos docentes.

Embora ANDES e SINASEFE buscassem, desde o início, uma negociação conjunta dos docentes do 3º grau com os de 1º e 2º graus, o governo insistiu em negociar em separado. Em dezembro de

2007, em meio a um impasse nas negociações do ensino superior, o governo, depois de "enrolar" durante todo o ano, deu um ultimato aos docentes, dizendo ter pressa em fechar o acordo, o que de fato ocorreu. O documento final teve a assinatura do PROIFES, um fórum de professores sem representação sindical e a CUT, à qual o ANDES não é mais filiado. O governo impunha sua proposta à revelia da opinião da base dos docentes de todo o país. O "acordo" do Ensino Básico e Tecnológico foi fechado em março de 2008, novamente sem a assinatura do ANDES já que o governo não aceitou dar o tempo necessário para que a base se pronunciasse em relação ao acordo.

Gratificações

Embora a proposta do governo trouxesse avanços, o dito "acordo" foi criticado pelas representações sindicais legítimas dos professores já que, além de não repor perdas históricas dos docentes das IFES, dificultava ainda mais a construção da carreira única, além de incrementar a importância das gratificações em detrimento do Vencimento Básico (VB), um velho problema

enfrentado desde a criação da GED.

No lugar de fortalecer o VB, o governo apresentou, para as duas carreiras, medidas que resultam em crescimento relativo das gratificações e na ampliação de seu poder de manipulá-las. Transformou o incentivo da titulação em Gratificação, o que em conjunto com os aumentos dados na GTMS, vai fazer com que, em 2010, mesmo com a incorporação da GAE ao VB, este fique no patamar de apenas 25% do Vencimento Total, que será majoritariamente composto por gratificações.

A valorização das gratificações instala um clima de insegurança para os docentes, já que faz com que grande parte de seus vencimentos seja composta de penduricalhos que incidem sobre o VB e que podem ser retirados, reduzidos e manipulados pelo governo ao sabor do vento, ao sabor das crises, dos ministros e governos de plantão.

Outra questão relacionada ao "acordo" salarial é o fechamento de uma proposta que amarra o movimento sindical, já que pressupõe a ausência de campanha salarial em 2009 e 2010, sem se cogitar reposições inflacionárias.

Governo apresentou políticas que privilegiam abertura de vagas e que podem comprometer manutenção da qualidade nas IFES

Ao longo do ano, o Movimento Docente enfrentou uma onda de políticas vindas do governo federal, que apontavam para a precarização do tripé do ensino, pesquisa e extensão nas universidades federais. Os Professores denunciaram tais políticas, que, em nome de uma expansão quantitativa, sem maiores preocupações com a manutenção da qualidade ou com uma séria política de desenvolvimento científico e tecnológico, são focadas principalmente no aumento do número de vagas criadas nas instituições.

A APESJF procurou alertar a Comunidade Universitária em relação essas questões, tecendo análises e críticas a projetos como o REUNI, o Banco de Professor Equivalente e o projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB).

REUNI

O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI, tem como objetivo constante de seu decreto, um melhor aproveitamento da estrutura já existente nas Universidades, dando a entender que as IFES são sub-aproveitadas.

O governo propunha a expansão de vagas e oferecia parcos com recursos condicionados à perda da autonomia das IFES já que em suas diretrizes - que devem ser seguidas à risca, sob pena dos recursos não serem liberados - o projeto apresenta exigências como o índice de 90% de aprovação nos cursos e relação professor/aluno de 1/18.

Tendo como base o projeto Universidade Nova, idéia que pressupõe uma reestruturação pedagógica radical, várias instituições, inclusive a UFJF, apresentaram "propostas" pouco debatidas pela comunidade universitária.

A falta de debates que caracterizou a aprovação do REUNI na UFJF se reflete hoje na implantação do projeto. Não há uma reflexão amadurecida da universidade sobre as conseqüências e reais implicações do REUNI ou uma formulação pedagógica própria da instituição a ser aplicada nos Bacharelados.

A flexibilidade curricular e o acesso a conhecimentos ditos menos especializados revelam-se um engodo, provendo os ingressantes de diplomas de graduação de baixa densidade, que pouca diferença irão fazer frente às exigências de uma sociedade pautada no desenvolvimento científico e tecnológico. A UFJF vem implantando cursos de graduação, pautada na lógica da proposta do REUNI, sem um debate mais amplo e aberto sobre a articulação, necessária, da reformulação do ensino sustentada no incentivo à pesquisa e extensão.

Banco de Professor Equivalente

Já o Banco de Professor Equivalente se insere nessa questão, possibilitando, mais uma vez, o aumento quantitativo do número de docentes nas IFES. Por sua matemática, possibilita a "troca", por exemplo, do número aproximado de 300 professores substitutos hoje na UFJF por 600 efetivos 20 horas. O que poderia suprir as vagas necessárias ao REUNI, concentrando a instituição em sua função de graduação, prejudicando seu caráter produtor de conhecimento. Numa palavra, perda de qualidade.

É preciso que todos os docentes fiquem atentos à utilização e distribuição das vagas provenientes do Banco de Professor Equivalente. A portaria, de julho de 2007, ainda não foi aplicada pela Administração Superior da UFJF para suprimento das vagas. Vale ressaltar que esse recurso já foi utilizado pela maioria das universidades do país.

Na UFJF, existe uma comissão criada para viabilizá-lo. Eis aí um forte motivo para que todos os docentes estejam atentos para que esse processo contemple as perdas históricas que a UFJF vem enfrentando em seus quadros, e para que esse recursos não sejam utilizados em projetos para os quais o governo tem a obrigação de prover verbas.

A APESJF se compromete em divulgar todos os acontecimentos desse processo para que possamos concluí-lo, mantendo sua legitimidade, de maneira correta e sem sombra de dúvida. E é imprescindível que as unidades e departamentos coloquem a questão em debate.

UAB

Ainda no conjunto dessas políticas que privilegiam o número de vagas criadas em detrimento da real função das IFES, inclui-se o Projeto Universidade Aberta (UAB), tornada efetiva pelo Decreto Presidencial nº 5800, que se constitui não como uma instituição, mas como um sistema de parcerias entre Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino, baseado no ensino à distância. A UAB não trabalha com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e a extensão a exemplo de várias Universidades Abertas internacionais, mas apenas com a graduação feita basicamente com pólos presenciais, e com a utilização do ensino virtual à distância.

Perguntas que não querem calar...

A Portaria Interministerial nº 22 MEC/MP, de 30 de abril de 2007 que criou a matemática do professor equivalente, já está sendo utilizada por universidades de todo o Brasil.

Pergunta - Quando a UFJF vai utilizar este recurso? Vai repor as perdas históricas dos diversos cursos da UFJF ou vai utilizá-la em função do REUNI? Vai discutir a questão democraticamente com os diversos departamentos?

O governo Federal prepara um contingenciamento de R\$ 20 bilhões no orçamento de 2009. Os cortes incluem o Ministério da Educação. Veja abaixo os setores que deverão ser atingidos por esse corte de verbas

INEP: 114,5 milhões

Expansão da rede federal de educação superior: 101 milhões

Manutenção da Educação Profissional: 40 milhões

Educação profissional à distância: 27 milhões

Rede municipal e estadual de educação profissional 110 milhões

Livro didático: 150 milhões

Universidade Aberta do Brasil: 137 milhões

Bolsa de iniciação a docência 130 milhões

Manutenção das IFES: 251 milhões (UnB: 27 milhões)

bolsa de residência médica: 25 milhões

40 milhões para complementação dos hospitais de ensino

Projetos de acesso e permanência ao ensino superior para baixa renda e minorias: 22,7

TV escola: 25 milhões (1/3 do orçamento)

Pergunta - Como vai ser a vida financeira das IFES? A UFJF, após o anúncio de tantos projetos de expansão, criação de cursos e bacharelados, com base em recursos prometidos pelo governo federal, vai conseguir cumprir suas metas sem penalizar toda a instituição?